

O ABANDONO DA VÍTIMA DE ESTUPRO PELO SISTEMA PENAL VIGENTE

Por: Jéssica Natalie Sinhorinho Dias

Esta pesquisa apresenta a origem histórica do direito de punir do Estado e os processos de exclusão da vítima no processo penal, especialmente as vítimas de estupro. Possui como base teórica as reflexões que a Vitimologia faz sobre as fases de constituição da vítima perante o sistema penal bem como o processo de vitimização. Analisou-se ainda o papel que o CREAS vem desenvolvendo frente às assistências oferecidas às vítimas de estupro do Município de Cáceres-MT.

A vítima no decorrer dos séculos perdeu sua posição de destaque para a figura do delinquente. Foi astutamente substituída pelo infrator de maneira que assumiu uma posição periférica na relação penal, sendo injustamente abandonada por todos os sistemas sociais. Essa pesquisa demonstra a vítima sob esse aspecto de abandono e como as medidas assistenciais mal funcionam tentando com esse aprendizado recolocar em questão um apelo de solidariedade cívica às vítimas e aos seus direitos fundamentais como instrumento transformador dessa realidade.

Como fundamentação teórico metodológica foram utilizadas, na parte histórica, obras de história do direito e de cunho filosófico, como os autores Antônio Carlos Wolkmer, José Ribeiro Ferreira, o filósofo Michel Foucault, o jurista Sérgio Salomão Shecaira e teve como base trechos do artigo “A organização jurídico-política e ideológica do Estado Nacional e as políticas linguísticas de unificação e padronização de uma língua nacional”, de autoria da Professora Especialista Evelin Mara Cáceres Dan. Nos demais capítulos foram utilizados livros de Vitimologia dos autores Antônio Garcia-Pablos de Molina, Luiz Flávio Gomes, Rogério Sanches, e Sandro D’Amato Nogueira. Para tratar do crime de estupro, o Código Comentado de Guilherme de Souza Nucci foi fundamental. Ainda para que a pesquisa se fomentasse de forma qualitativa fiz algumas entrevistas no CREAS para entender a complexidade da estrutura de atendimento às vítimas de estupro na cidade de Cáceres e portanto, essa monografia é do tipo qualitativa com fontes documentais, bibliográficas e entrevistas orais.

Palavra Chave: direito arcaico; direito de punir; vingança privada; Estado; vítima; estupro; serviço assistencial.